



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local Mídia Impressa**

**Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM**

**Manaus, terça-feira, 13 de março de 2012**

JORNAL DO COMMERCIO CAPA .....	1
JORNAL DO COMMERCIO EDITORIAL .....	2
JORNAL DO COMMERCIO OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO A China não é aqui .....	3
JORNAL DO COMMERCIO OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO Fraco desempenho acende sinal de alerta .....	4
JORNAL DO COMMERCIO ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO FGV .....	5
JORNAL DO COMMERCIO ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Fazenda .....	6
JORNAL DO COMMERCIO ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Fomento .....	7
JORNAL DO COMMERCIO ECONOMIA	
A CRITICA Planejamento estratégico do AM .....	8
A CRITICA ECONOMIA	
A CRITICA CNI cobra medidas de socorro à indústria .....	9
A CRITICA ECONOMIA	
A CRITICA Preparação para a Rio + 20 é superficial .....	10
A CRITICA CIDADES	
AMAZONAS EM TEMPO SENADO .....	11
AMAZONAS EM TEMPO POLITICA	
AMAZONAS EM TEMPO Vendas diretas entram na mira da fiscalização .....	12
AMAZONAS EM TEMPO ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Editorial .....	13
DIÁRIO DO AMAZONAS OPINIÃO	
DIÁRIO DO AMAZONAS Demissões no Polo Industrial de Manaus avançaram 74% no bimestre .....	14
DIÁRIO DO AMAZONAS ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Para ajudar Indústria, governo eleva meta de câmbio acima de R\$ 1,70, indicam especialistas .....	15
DIÁRIO DO AMAZONAS ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Governo faz mutirão para implantar Lei de Acesso à Informação no prazo .....	16
DIÁRIO DO AMAZONAS POLITICA	
MASKATE Fala Sério .....	17
MASKATE OPINIÃO	

CAPA

# Comércio experimenta queda no faturamento do mês de fevereiro

**A** pesar de o primeiro bimestre do ano, tradicionalmente, ser considerado fraco para o comércio varejista, o desempenho do setor em Manaus nos dois primeiros meses de 2012 foi

ainda pior do que o esperado. Depois de fechar janeiro com acréscimo de 3,10% nas vendas, em relação ao mesmo período do ano anterior, em fevereiro, o crescimento foi de apenas 2,4%, quando o percentual

aguardado pela CDL-Manaus (Câmara de Diretores Lojistas) era de pelo menos 3%, devido ao bom desempenho de setores relacionados ao período carnavalesco e de volta às aulas.

Página A5

Fotos: Walter Mendes



### EDITORIAL

## *A Copa que ficou por menos da metade do que foi prometido*

**N**o último sábado (10) bateu o sino da meia-noite da Cinderela. O encanto da Copa se desfez, e agora, sem fada madrinha para fazer mágicas e trazer de volta a felicidade do povo, que caiu no conto das mil e uma noites. Dos grandes investimen-

tos que somariam mais de R\$ 8 bilhões, sobrou um, a Arena da Amazônia, menos de R\$ 1 bilhão.

Quem sonhava ir direto ao estádio num trem suspenso chamado Monotrilho, isso depois de ter percorrido vários quilômetros da zona leste ao Centro em confortáveis ônibus do BRT, agora já sabe que foi enganado. O percurso vai

ser duro de encarar num sistema caótico como o atual, ainda mais tendo de baldear para chegar ao campo de jogo.

O povo que torceu, sonhou e fez festa para comemorar a conquista da subseleção, agora sabe que tudo foi encenação. Os empresários que acreditaram e investiram em projetos de hotelaria e empreendi-

mentos imobiliários para atender a grande demanda da Copa, agora estão procurando alternativas para não arcar com os prejuízos.

O tão sonhado "legado da Copa" ficou por menos da metade do dote. De útil mesmo, só a ampliação do aeroporto Eduardo Gomes, uma necessidade urgente para atender o Polo Industrial da Zona Franca

de Manaus, cuja prorrogação por mais 50 anos é outra promessa que já começa a preocupar pela demora e o esquecimento em que caiu.

Mas, de uma coisa os amazonenses podem ficar certos, as obras não realizadas da Copa vão dar discursos para campanhas eleitorais neste ano e em 2014.

## A China não é aqui

Eustáquio Libório

Empresas do Polo Industrial de Manaus estão sob o fogo cruzado de organizarem o trabalho nos moldes das práticas de organizações chinesas com a apresentação de situação que envolve uma empresa, de capital chinês, como se fosse a regra do ambiente organizacional nas indústrias incentivadas de Manaus.

É possível que em alguns casos existam problemas a

ser solucionados e, para isto, existe o Ministério do Trabalho e Emprego com poderes para fiscalizar e punir os infratores da legislação trabalhista brasileira, coisa que não se vê na China, daí os preços tão baixos praticados pelas organizações chinesas, já que não têm a carga de tributos e encargos trabalhistas pagos no Brasil.

É oportuno considerar

que, conforme dados divulgados nos Indicadores do Polo Industrial de Manaus, publicado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), referente a dezembro de 2011, os encargos, salários e benefícios sociais pagos no PIM atingiu a média mensal de US\$ 215,20 milhões, para um contingente de 110.120 colaboradores, o que leva a um desembolso per capita de US\$ 1.954,16.

É importante, ainda, que registre a expansão dos desembolsos que cobrem salários, encargos e benefícios sociais

(SEBS) nos últimos seis anos, que passaram de 5,56% de participação no faturamento das indústrias incentivadas em 2006, para 6,29% no exercício de 2011. Em valores absolutos, embora nominais, as empresas, que pagaram US\$ 612 milhões sob essa rubrica em 2006, no ano passado tiveram que desembolsar US\$ 1,22 bilhão para cobrir esse tipo de custo

Em 2010, os gastos com SEBS, de acordo com a Suframa, atingiram US\$ 922 milhões e, no ano passado, atingiram US\$ 1,22 bilhão, apresentando ex-

pansão da ordem de 32,82%, quase o dobro da expansão experimentada no faturamento nos mesmos períodos, de 16,60%.

É evidente que o funcionário do polo de Manaus não tem a melhor renda do mundo, de vez que sua remuneração está situada, em média, no valor de US\$ 576,08, no entanto, a tal valor

são agregados os benefícios e encargos sociais que, se de um lado oneram o caixa da indústria, de outro lado garantem alimentação ao operário em seu local de trabalho e benefícios previdenciários, FGTS e, em alguns casos, creche para os filhos.

É necessário melhorar a remuneração, com certeza, mas o PIM não é a China.

---

**EUSTÁQUIO LIBÓRIO** é jornalista e administrador de empresas.

---

## Fraco desempenho acende sinal de alerta

Juliana Geraldo

**A** pesar de o primeiro bimestre do ano, tradicionalmente, ser considerado fraco para o comércio varejista, o desempenho do setor em Manaus nos dois primeiros meses de 2012 foi ainda pior do que o esperado.

Depois de fechar janeiro com acréscimo de 3,10% nas vendas, em relação ao mesmo período do ano anterior, em fevereiro, o crescimento foi de apenas 2,4%, quando o percentual aguardado pela CDL - Manaus (Câmara dos Dirigentes Lojistas de Manaus) era de pelo menos 3%, devido ao bom desempenho de setores relacionados ao período carnavalesco e de volta às aulas.

"O período de chuvas, mais extenso neste ano, foi o principal responsável pelo enfraquecimento do setor", alegou o presidente da entidade, Ralph Assayag.

Os compromissos do consumidor com o pagamento de impostos como IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) e IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano), além do endividamento decorrente dos gastos de final de ano também foram apontados como fatores de influência no desaquecimento das vendas no bimestre, de acordo com o presidente do Corecon-AM (Conselho Regional de Economia do Amazonas), Ailson Rezende.

"É preciso observar que a atividade industrial também enfraquece no início do ano, o que reflete no comércio", acrescentou.

Os últimos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) já apontam uma produção industrial mais tímida no ano passado, 4% no acumulado de 2011 contra os 16,3% de expansão do ano anterior.

Mesmo sem os dados fechados do bimestre, o vice-presidente da Fecomercio-AM (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amazonas), Aderson Frota, disse acreditar em uma queda da produção industrial neste ano, continuação do comportamento observado no final do ano passado.

"A produção industrial caiu devido às dificuldades enfren-



Marcado para ocorrer entre os dias 28 de março e 15 de abril, o 'Liquida Manaus' deve impulsionar as vendas e recuperar, pelo menos em parte, o desempenho negativo do início do ano

tadas pelos empresários nas exportações, uma vez que a supervalorização do real encareceu os produtos. Como indústria e comércio estão ligados, o resfriamento do primeiro interferiu no resultado do segundo", explicou.

### Inadimplência

O aumento da inadimplência no bimestre, resultante das vendas de dezembro e de encargos com cartão de crédito, também foi responsável pela queda no comércio formal da capital amazonense, segundo

Aderson Frota.

De acordo com a CDL-Manaus, o índice que em janeiro era de 3,2%, com 3.498 consumidores na lista do SPC (Serviço de Proteção ao Crédito), passou para 3,3% em fevereiro, totalizando 5.174 inadimplentes.

"É um número administrável. Ainda não é alarmante, tendo em vista que a nossa meta é chegar aos 2,8%, mas inspira cuidados. Continuamos aconselhando os lojistas a fazerem a consultas no SPC antes de fechar a venda para evitar problemas futuros", detalhou Ralph Assayag.

sayag.

Ele admitiu que é difícil falar em controle da inadimplência em função do dinamismo da economia. "Isso porque qualquer modificação como redução ou aumento nas taxas de juros fazem diferença nos números da inadimplência", justificou.

### Empregos

Como resultado do desaquecimento, aproximadamente 2.200 funcionários do comércio foram desligados entre janeiro e fevereiro deste ano, média de 1.100 trabalhadores por mês, segundo dados do Sindicato dos Empregados no Comércio do Amazonas, que se referem apenas aos empregados sindicalizados, com carteira assinada há pelo menos um ano.

"As demissões no início do ano são normais. No terceiro mês acredito que não vá haver tantas contratações, mas vamos fechar estabilizados", avaliou o vice-presidente do sindicato, José Ribamar do Nascimento.

Um número maior de ar-

missões é esperado pelo representante do sindicato para abril, com o início do 'Liquida Manaus'.

### Projeção

Marcado para ocorrer entre os dias 28 de março e 15 de abril, o 'Liquida' deve impulsionar as vendas. A expectativa da CDL-Manaus é de que o tímido crescimento verificado até o momento dispare e seja de pelo

menos 12%.

Junto com a liquidação, Aderson Frota aponta a redução da Selic - taxa básica de juros - para 9,75% ao ano como uma boa notícia para o setor. "As medidas dos governos na taxa de juros devem começar a ser percebidas em até dois meses. A tendência é que as vendas comecem a crescer gradativamente, em especial a partir de maio", projetou o economista.

## Dados

### COMÉRCIO

De acordo com o IBGE, em 2011 o comércio amazonense registrou um incremento de 4,9% no volume de vendas, abaixo da média nacional de 6,7% e do resultado de 2010, quando as vendas cresceram 9,93%. Dessa forma, o Estado ficou apenas com a 22ª posição no Ranking Brasil, a frente apenas do Distrito Federal (4,3%) e dos Estados de Mato Grosso (3,7%), Alagoas (3,5%), Amapá (0,9%) e Sergipe (0,5%).

## Números

### 6º LIQUIDA MANAUS

Investimentos - R\$ 1,5 milhão (35% vindos do governo do Estado, 15% da prefeitura e 45% da iniciativa privada)

Expectativa de faturamento - R\$ 130 milhões

Período: 28 de março até 15 de abril

Crescimento das vendas: 12% no resultado de abril

Empresas participantes: 1.800

FGV

## Medida contra valorização do real deve ter efeito limitado no Brasil

A nova medida do governo federal para conter a valorização do real ante o dólar é positiva mas não deve surtir grande efeito, segundo Armando Castelar, pesquisador da Fundação Getulio Vargas (FGV). Decreto publicado ontem no Diário Oficial da União eleva de três para cinco anos a cobrança de 6% do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas liquidações de operações de câmbio contratadas a partir dessa data, para ingresso de recursos no país (empréstimos externos).

Com a medida, o dinheiro externo precisará ficar cinco anos no Brasil para evitar a taxa de 6% do IOF. No dia 1º, o governo já tinha elevado o prazo, de dois para três anos, depois de, em 2011, ter aumentado de um para dois anos.

“A medida, em si, de aumentar o prazo para incidência de IOF contribui, no sentido

em que penaliza um pouco a entrada de capitais de prazo mais curto e em que torna a aplicação menos líquida, mas eu entendo que o efeito efetivo será pequeno. As empresas acabam entrando com esse dinheiro na forma de investimento direto ou fazendo operações que deem alguma triangulação”, disse.

Castelar também acredita que a medida surtirá pouco efeito porque “as condições de liquidez internacional ajudam a entrada de capitais [no Brasil] e colocam mais pressão no sentido de que o real se torne uma moeda mais forte”.

Segundo o pesquisador, a medida do governo reflete uma preocupação “correta” de evitar a supervalorização do real ante o dólar, já que isso prejudica as exportações brasileiras e, conseqüentemente, a indústria nacional.



IOF

### Valorização do real ante o dólar

**MEDIDA DE CONTENÇÃO**

Governo decidiu aumentar de **três anos para até cinco anos** o prazo de incidência da alíquota de 6% do Imposto sobre Operações Financeiras de (IOF) nas liquidações de operações de câmbio de empresas e bancos, contratadas a partir de **12/3/12**, para ingresso de recursos no país (empréstimos externos)

**MOTIVO**

Reforçar decisão de reduzir o fluxo de capital especulativo, que entra no país para obter ganhos com a diferença entre os juros praticados nos países avançados e a taxa básica de juros brasileira

FONTE | Ministério da Fazenda, Agência Brasil | © GRAFFO

## Fazenda

# Governo eleva meta de câmbio para ajudar indústria a ter competitividade

A meta de inflação perseguida pelo governo Dilma Rousseff, que para especialistas de mercado na prática estaria entre 5% e 5,5% e não nos 4,5% oficiais, e a necessidade de proteger a indústria nacional do maciço ingresso de importados estão fazendo o Poder Executivo buscar uma taxa de câmbio acima de R\$ 1,70, segundo economistas e acadêmicos ouvidos pela Agência Estado.

Na prática, trata-se de uma mudança de patamar, embora o regime seja flutuante. Em entrevista ao Grupo Estado no dia 16 de dezembro, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que "não deixaremos o dólar chegar a R\$ 1,60." Na semana passada, Mantega indicou um novo patamar. O ministro disse que "conseguimos ficar com o dólar acima de R\$ 1,70. É um patamar que melhora a competitividade das exportações brasileiras, mas não é ideal", disse,

reiterando o discurso que não há patamar ideal para o câmbio.

Na avaliação dos especialistas, uma mudança de patamar do câmbio de R\$ 1,60 para R\$ 1,70 causaria um impacto pequeno na inflação, especialmente no atual contexto de baixo crescimento da atividade. De acordo com cálculos do economista-chefe da consultoria LCA, Braulio Borges, a variação de 6% do câmbio nominal durante o ano de 2012 representaria uma alta de 0,2 ponto porcentual no IPCA. A projeção de Borges para a inflação subiria de 4,8% para 5,0% neste ano.

De acordo com a economista da Tendências Alessandra Ribeiro, o fato de a inflação no primeiro bimestre de 2012 (1,01%) estar um pouco menos forte, em função, entre outros fatores, da nova ponderação de pesos do IPCA e da redução dos preços de commodities em reais, daria condições para o governo

tentar diminuir as pressões de apreciação do câmbio no curto prazo. Essas pressões estariam diretamente relacionadas com a ampla liquidez global resultante da injeção de recursos por governos de outros países, o que aumentou os ativos de BCs pelo planeta em US\$ 4,6 trilhões após a crise de 2008, segundo o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.

### Nova meta

É opinião corrente entre os agentes econômicos que o Banco Central não vai buscar a meta de inflação de 4,5% neste ano, mas de 5% a 5,5%. Alessandra, da Tendências, confirma. Para ela, a autoridade monetária ficará satisfeita se o IPCA chegar a uma marca entre 5,5% e 6,5% em 2012. Monica Baumgartem de Bolle, professora da PUC-RJ e sócia da Galanto Consultoria, concorda.

## Fomento

### *Dois projetos serão implantados em Itacoatiara e dois em Careiro da Várzea para o beneficiamento de frutos com potencial de cultivo nessas localidades*

Com o objetivo de agregar tecnologia à agricultura de frutas no Careiro da Várzea e em Itacoatiara (a 25 e a 286 quilômetros da Manaus, respectivamente), o governo do Amazonas investe na implantação de quatro agroindústrias – duas em cada localidade – para beneficiamento de frutas. A previsão é inaugurar em julho deste ano, melhorando a renda de mais de 2 mil famílias.

A implantação das fábricas está prevista no Programa Agroindústria, do governo do Estado, executado por meio da Sepror (Secretaria de Estado da Produção Rural) que, em convênio com a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) e MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), destinou cerca de R\$ 1,559 milhão para a mecanização e beneficiamento de frutas em Itacoatiara e no Careiro da Várzea.

De acordo com a Sepror, por determinação do governador Omar Aziz o Estado está prestando apoio e assistência tanto na execução do projeto da agroindústria quanto na melhoria da produção dos agricultores dos dois municípios para verticalizar a produção e adensar o lucro dos produtores rurais.

O secretário-executivo de Infraestrutura da Sepror, José Lôbo, informou que a estratégia de mecanizar a produção de frutas nos municípios de Itacoatiara e na região do Careiro da Várzea vai elevar as condições sociais e econômicas de 2.096 agricultores. "Atualmente, cada agricultor planta e vende o quilo da fruta por um preço bem infe-

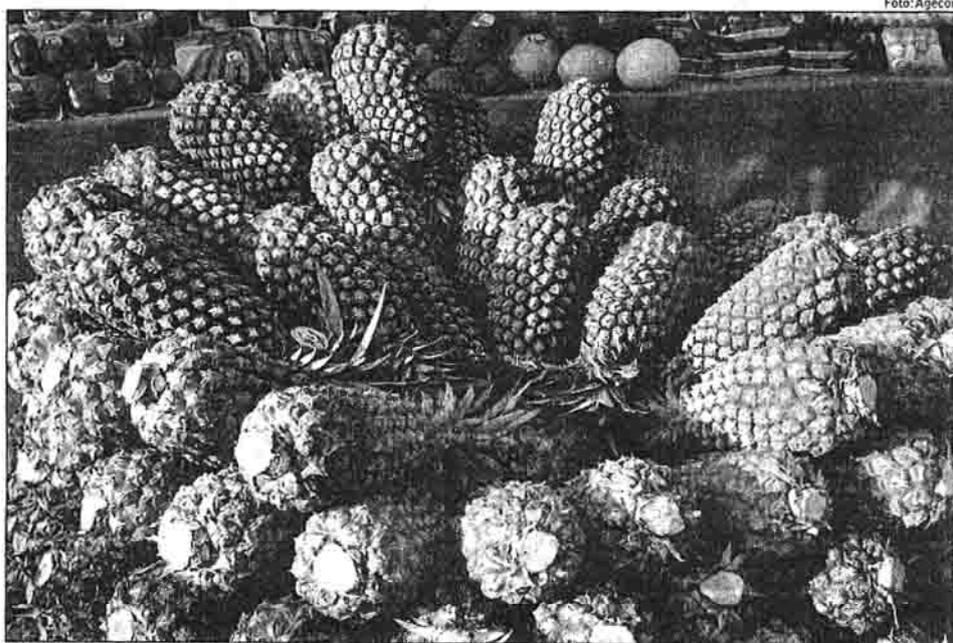


Foto: Apecom

Careiro da Várzea se destaca na produção de abacaxi, cupuaçu, goiaba, acerola e banana para fabricação de doces

rior ao que a mesma é vendida na capital. Ao passo que oferecendo suporte técnico e físico o produtor começa a fornecer o produto beneficiado, o que é muito mais lucrativo para ele", comentou Lôbo.

No caso do Careiro da Várzea, cujo potencial agrícola é a produção de abacaxi, cupuaçu, goiaba, acerola e banana, as frutas serão transformadas em doces. Já no município de Itacoatiara, com potencial em abacaxi, cupuaçu, maracujá, acerola e graviola, as frutas serão vendidas em forma de polpa congelada.

Outro destaque apontado pelo secretário de infraestrutura da Sepror é com relação à produção em escala industrial. Conforme um levantamento elaborado

pela Sepror em cima das expectativas de produtividade do Careiro da Várzea e Itacoatiara, foi demonstrado que o primeiro vai produzir em média 127 toneladas anuais de doces de frutas. Já em Itacoatiara serão 476 toneladas de polpa. "Além de representar uma quantidade bem acima do que os produtores estavam acostumados a praticar, não haverá desperdício do produto, uma vez que temos capacidade de armazenagem e escoamento da produção", assegurou.

#### Infraestrutura

Em razão do avanço na produtividade a partir da mecanização da agricultura, a Sepror está trabalhando numa solução para o escoamento da produção nas

regiões produtivas do Estado, por meio da melhoria das condições de vicinais. "Desde o ano passado estamos estudando aditivos para melhorar as condições do solo para deixar a estrada mais resistente à ação das chuvas, além de ser mais barato", observou Lôbo.

Em abril, conforme o secretário, um aditivo da marca americana Topsoil será testado em cinco quilômetros de uma vicinal no município de Manacapuru, comunidade Santana. "Assim que tivermos um panorama do melhor produto, o estaremos aplicando em todas as vicinais do Amazonas, oferecendo garantia de escoamento da produção via terrestre", ressaltou.

## Planejamento estratégico do AM

“Um plano estratégico de curto, médio e longo prazo se constitui numa ferramenta imprescindível para um desenvolvimento ordenado e sustentável, que nos possibilite andar num rumo definido.”

Na última quinta-feira (9), durante a reunião de diretoria da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, o

secretário de Estado da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Amazonas (Seplan), Airton Claudino, apresentou a proposta do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Estado do Amazonas 2012-2030. É elogiável a sua atuação com poucos meses à frente do órgão. O novo secretário diz a que veio e o seu mérito é de exatamente colocar a Seplan na sua trilha original, qual seja planejar, avaliar e ajustar as possíveis trajetórias de um processo econômico-social a fim de compatibilizá-lo com o que a sociedade deseja. O planejamento se faz com profissionalismo, não amadoristicamente e o secretário tem contado com um corpo técnico que tem correspondido aos seus

propósitos. Um plano estratégico de curto, médio e longo prazo se constitui numa ferramenta imprescindível para um desenvolvimento ordenado e sustentável, que nos possibilite andar num rumo definido, mesmo que ajustado de tempos em tempos. Em dezembro do ano passado, escrevi no artigo intitulado “Mudança de Rumo”, que a Seplan tem sob sua responsabilidade uma grande área de interesses que vai desde o planejamento do Estado, que não é pouca coisa, até às questões relacionadas à indústria ao comércio e ao turismo, incluindo-se a administração dos incentivos fiscais. Durante os últimos anos, em minha opinião, a maior ênfase foi dada a área industrial e comercial, que se tornou o

carro chefe da secretaria, ficando em segundo plano o planejamento. Todas as duas áreas são de extrema importância para o Estado do Amazonas, daí a nossa preocupação que tão vasta atuação da Seplan a impossibilite de atender eficientemente todas as necessidades demandadas, em que pese possuir excelentes e experientes técnicos em seu corpo de funcionários. Exatamente porque são importantes, essas áreas necessitam de órgãos distintos para atuarem com maior desenvoltura e eficiência. Reafirmamos nosso ponto de vista, necessitamos que a Seplan dedique-se exclusivamente ao planejamento do Estado, realizando estudos e trabalhos

que possam traçar metas e avaliá-las, a fim de que possamos, ao fim de um determinado período, ter um norte definido para alcançarmos. Necessitamos que seja recriado outro órgão que se dedique com exclusividade as questões da indústria, comércio e turismo. São tantas as demandas desses três setores da economia, que, apesar de terem sido aquinhoados com maior atenção, ainda restaram assuntos pendentes. Reconhecemos o esforço da Seplan para atender a contento essa vasta área de interesses, no transcorrer desses anos desde a sua criação em 2003, mas daqui pra frente, se for desmembrada, os resultados poderão ser mais exitosos.



### CNI cobra medidas de socorro à indústria

Presidente da entidade, Robson Andrade, quer maior apoio do governo

“Não podemos deixar a indústria brasileira acabar”, declarou o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, ao defender ontem rapidez do governo em iniciativas de apoio à indústria, como a adoção de medidas que encurtem os prazos dos licenciamentos ambientais, aumentem os investimentos em infraestrutura e diminuam a burocracia.

Segundo ele, a agilidade é fundamental para tirar a indústria da estagnação, acentuada no tímido crescimento de 2,7% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano passado. “Essas medidas, que podem ser resolvidas no âmbito do Poder Executivo e

#### Estabilidade

**Robson Andrade preveu para este ano que a atividade industrial deve manter-se próxima à estabilidade, mas disse esperar que a participação da indústria no PIB deve cair, pelo acirramento da concorrência com os produtos importados, devido à valorização do câmbio e aos gargalos estruturais.**

não dependem de aprovação de leis no Congresso, precisam ser agilizadas”, declarou Andrade.

Ele elogiou as ações governamentais para atenuar a valori-



Divulgação

Robson Andrade, presidente da CNI

zação cambial, como a ampliação do prazo de cobrança do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) na liquidação das operações cambiais, e proteger

a indústria nacional de concorrências desleais, como o aumento do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) nos carros importados de quem não opera fábrica no Brasil.

“Estamos no caminho certo. Isso é necessário, pois o Brasil enfrenta problemas estruturais que vão demorar mais tempo para serem corrigidos, como as questões tributárias e a deficiência de infraestrutura. Enquanto não conseguimos resolver essas questões, não podemos deixar a indústria brasileira acabar”, assinalou o presidente da CNI.

#### ESTRATÉGICO

Andrade enfatizou que o setor industrial é estratégico para o país, por ser responsável pelo desenvolvimento de novas tecnologias, aumento da competitividade de outros setores e qualidade do emprego. Acrescentou que a indústria paga bons salários e qualifica trabalhadores de ponta para o desenvolvimento do país. “O Brasil não pode abrir mão de sua indústria”, ressaltou.

## Preparação para a Rio + 20 é superficial

STEFFANIE SCHMIDT  
steffanie@acritica.com.br

“O que se percebe é que as discussões estão em um nível muito superficial e que falta compromisso coletivo com a questão”. Esta é a avaliação que o presidente do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Rubens Gomes, faz dos preparativos do Brasil para a Rio+20, quando países que integração da Organização das Nações Unidas (ONU), vão se reunir para debater o desenvolvimento sustentável no Planeta. O evento será realizado de 13 a 22 de junho na capital carioca.

A crítica é dirigida principalmente ao governo brasileiro que, segundo ele, “não consegue assumir o problema da construção de uma economia sustentável”, um dos temas principais da conferência mundial. Exemplo disso são os 4% que a economia florestal representa no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. “Isso não se refere somente à

Saiba mais

>>> 20 anos

O Grupo de Trabalho Amazônico nasceu com Eco 92. A entidade visa promover a participação das comunidades da floresta nas políticas de desenvolvimento sustentável. A filosofia é de que a cooperação dos povos nativos é essencial para encontrar o rumo da sustentabilidade, tendência que será debatida na Rio+20, o 4º encontro mundial sobre o tema.

mata nativa. Misturado dentro desse índice está a produção de celulose, que é a economia do eucalipto e dos pinheiros, cultivados no sul do país”, explicou.

Um das propostas encaminhadas pelo GTA ao Governo Federal, durante as discussões preparatórias da Rio+20, é a cobrança de uma postura rígida dos países participantes do evento em relação ao consumo de madeira

## Leis próximas ao cidadão

De acordo com o secretário municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Marcelo Dutra, que integra o Comitê Nacional de Organização da Rio+20, o desafio é trazer as discussões e decisões da conferência para o âmbito regional. “A tendência não é criar câmaras de estudos de áreas específicas, como aconte-

ceu na Eco 92, mas concentrar na aplicabilidade das decisões”.

Ele avalia o grande erro da última conferência mundial foi o excesso de zelo com as medidas ambientais definidas. “Encaminhamos uma proposta de que todo o texto aprovado contenha a obrigatoriedade de que as nações levem essas discussões para todas

as regiões de seu país, incluindo as especificidades de cada uma. A questão ambiental não pode ficar distante do cidadão”.

Dutra defendeu que haja uma maior conscientização do consumo. “A discussão hoje não é só o meio ambiente. A sustentabilidade passa pela erradicação da miséria, pela saúde, entre outras coisas. Como vamos acabar com a miséria enquanto consumimos desenfradamente?”, indagou.

## ‘Cases’ serão mostrados

A proposta brasileira de sediar a Rio+20 foi aprovada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 2009. O objetivo é a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas em 92.

Segundo Marcelo Dutra, na conferência, serão apresentados cases de sucesso do Amazonas como o programa Bolsa Floresta; comunidades indígenas que fazem a própria gestão, sem interferências de Organizações Não Governamentais (Ongs) e ribeirinhos que debatem a aplicação dos recursos oriundos de royalties.

sem certificação legal. “Isso não beneficiaria apenas o Brasil, mas também a África e Ásia, onde se concentram ainda boa parte das florestas. Isso significaria menor violência no campo, queda do desmatamento em unidades de conservação, entre outras coisas. O mercado da ilegalidade é que aumenta a pressão sobre as florestas”, explicou Gomes.

Exemplo da falta de coerência

do Governo Federal, segundo ele, é o crescimento de 56% no mercado de máquinas de processamento de madeira, por conta de projetos como o “Minha Casa, minha Vida”. “Em contrapartida, não houve registro do aumento de um hectare de floresta certificada, e grande parte dos projetos de manejos são reprovados”, disse.

A polêmica que se formou em torno da votação do novo Código

Florestal, prevista para ocorrer esta semana, é um dos reflexos da “falta de compromisso”. Gomes aposta que ela não deverá acontecer até a realização da conferência mundial em função de interesses de grandes grupos econômicos. Por isso, ele aposta que ainda há tempo para uma mobilização popular. “Vamos colher assinaturas e propor uma legislação de cunho popular”, disse.

## SENADO

# Braga é o novo líder do governo

Matéria publicada no site da Folha on-line, no final da tarde de ontem, afirmava que o senador Eduardo Braga (PMDB) é o novo líder do governo no Senado, em substituição ao colega Romero Jucá, do PMDB de Roraima.

Segundo assessores de Braga, até o início da noite de ontem, ele ainda não havia sido comunicado oficialmente pela presidente Dilma Rousseff (PT). O senador Romero Jucá também tuitou em sua página na rede social de que, como também não havia sido comunicado oficialmente, ainda continuava respondendo pela liderança do governo.

A notícia da liderança de Braga, chegou à imprensa nacional pela assessoria do senador peemedebista, Renan Calheiros (AL).

Além da Folha on-line, a informação também foi publicada em outros sites de notícias,

como a Agência Brasil.

Conforme matéria da Folha, em conversa com o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), líder do PMDB na casa, a presidente Dilma Rousseff determi-

## PUNIÇÃO

**Senador Romero Jucá (PMDB-RR) foi líder do ex-presidente Lula e sua substituição tem fundo de punição, uma vez que ele integra a ala do partido que está em "pé de guerra" com o Palácio do Planalto**

nou a troca na liderança para fazer uma espécie de "rodízio" na liderança do governo.

Na prática, a troca atende ao chamado grupo "dissidente" do PMDB, que reclamava da pouca articulação com o go-

verno. Braga tem trânsito com o Palácio do Planalto e também com a bancada do PMDB no Senado, que reclamava do excesso de concentração de poder nas mãos de Jucá, Renan e do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP).

A decisão ocorre menos de uma semana depois de uma rebelião da base na casa, que resultou na rejeição da recondução do diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Bernardo Figueiredo. Jucá não só participou da trama que levou à derrota no governo como ajudou a montá-la.

Na semana passada, Jucá desobedeceu o Planalto ao retirar da pauta um projeto que seria sancionado pela presidente Dilma nesta semana. A proposta em questão equiparava os salários de homens e mulheres que ocupam a mesma função em uma empresa.

## Vendas diretas entram na mira da fiscalização

**ANWAR ASSI**  
Equipe EM TEMPO

**A**pós suspeitas de que grandes empresas, com foco em vendas diretas, tenham dado "calote" de 30% no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), nos últimos três anos, a Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz-AM) resolveu "apertar" a fiscalização e enquadrar nove representações no Sistema Especial de Controle e Fiscalização por um período de 180 dias.

A portaria que determinou a medida foi publicada na edição do Diário Oficial do Estado (DOE) da última sexta-feira, publicada ontem. De acordo com o secretário executivo de Receita da Sefaz, Juarez Paulo Tridapalli, a decisão de "cercar" a fiscalização nos próximos seis meses foi tomada depois que foi verificado um aumento significativo no índice de inadimplência do ICMS por parte das empresas que compõem o setor, conhecido como venda "porta a porta".

"Haverá um controle rigo-

roso, porque o problema de inadimplência com o ICMS chegou a 30%", afirmou o técnico, sem revelar o valor total do montante "songado".

Segundo Tridapalli, o rigor vai ser feito tanto na vistoria da parte física, como na documentação relacionada ao recolhimento de impostos, onde recai a maior parte das suspeitas de irregularidades.

Conforme a Sefaz, a partir de agora, a fiscalização será intensificada tanto na entrada e quanto na saída de mercadorias, inclusive com a abertura e conferência dos volumes, cobrança de todos os débitos dos contribuintes submetidos, recolhimento do ICMS que deverá ser feito no momento da apresentação à repartição fiscal para o desembaraço de mercadorias provenientes de outros Estados ou do exterior.

Entre as medidas está, ainda, o recolhimento do ICMS à vista a cada operação realizada, devendo o pagamento ocorrer antes da saída da mercadoria do estabelecimento do contribuinte, por meio do Documento de Arrecadação (DAR).

### Controle maior da arrecadação

O secretário da Sefaz, Iper Abraham, destacou que o aperto da fiscalização é uma prática que tem sido adotada quando o governo quer ter um controle maior sobre a arrecadação. Segundo ele, no caso da venda "porta a porta", a vistoria diferenciada foi aplicada devido ao crescimento repentino do setor, o que abriu os "olhos" da máquina de arrecadação do Estado.

Conforme a portaria da

Sefaz, as empresas que passarão a sofrer com a fiscalização mais severa são a Avon Cosméticos, Natura Cosméticos, Calamo Distribuidora de Produtos de Beleza, Amway do Brasil, Herbalife International do Brasil, Sociedade Comercial e Importadora Hermes, JDL Distribuidora de Perfumes e Cosméticos, Nature Sunshine Produtos Naturais e a SS Comércio de Cosméticos e Produtos de Higiene Pessoal.

### Sefaz quer devolução dos valores

O secretário executivo da Sefaz, Juarez Paulo Tridapalli, afirmou que a Sefaz vai fazer um levantamento do débito total que as empresas do setor de vendas diretas deixaram de recolher desde 2009. O órgão também pretende autuar as empresas irregulares e inscrevê-las na dívida ativa do Estado.

Segundo ele, as empresas terão que devolver o dinheiro "songado" e a ainda vão receber multas cujos valores variam entre 20% a 200% do valor do imposto devido, conforme a penalidade.

"Em qualquer irregularidade que for encontrada, será feito um trabalho de autuação conforme prevê a legislação, com apreensão e multa. Queremos com esse trabalho tentar melhorar o desempenho desse segmento", explicou.

Conforme Juarez Tripadalli, as empresas autuadas vão ter direito a ampla defesa em duas instâncias, processo que pode durar em média dois meses. "Com a nota fiscal eletrônica, ficou fácil mapear onde estão os maiores problemas de inadimplência", acrescentou o secretário executivo da Sefaz.

## Editorial

### Sinal de alerta



aumento no número de demissões no Polo Industrial de

Manaus (PIM) neste início de ano é considerado, em parte, normal para o período, quando parcela dos temporários contratados para as vendas de fim de ano não se consolida no ano seguinte.

Por outro lado, o indicador contabilizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do

Amazonas serve de alerta para os gestores públicos. Até mesmo porque o número de demitidos é seguramente maior que o divulgado. Só passam pelos sindicatos os trabalhadores com pelo menos um ano de carteira profissional assinada.

No último trimestre de 2011, a expectativa de entidades de classe ligadas à indústria era de que os temporários seriam efetivados passadas as vendas de fim de ano. A perspectiva não se confirmou, ao menos em parte, e agora milhares de trabalhadores engrossam a fila do seguro-desemprego.

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos, a maioria das

**...o indicador contabilizado pelo** Sindicato dos Metalúrgicos serve de alerta para os gestores públicos.

demissões neste início de ano ocorreu nos segmentos Eletroeletrônico, Duas Rodas, Naval e Metalúrgico. Considerando o desempenho destes mesmos subsetores, as notícias de desemprego contrastam com os aumentos de vendas e de faturamento.

Reportagem do DIÁRIO na edição de hoje revela que dentre as empresas que mais

**Fieam diz que as demissões são de** temporários, mas o sindicato dos trabalhadores afirma que são de efetivos.

demitiram nos primeiros meses deste ano, estão a Semp Toshiba, Moto Honda, LG Electronics, Jabil e Elcoteq.

A Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) diz que as demissões são de temporários, mas o sindicato dos trabalhadores rebate dizendo que os desligamentos são de efetivos.

A Superintendência

Regional do Trabalho e Emprego no Amazonas (SRTE-AM) também deve se envolver no tema. É preciso traduzir os números para saber se empresas estão contratando temporários constantemente para deixar de pagar os encargos trabalhistas a efetivos.

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e o governo do Estado devem levantar a situação para avaliar como pode estimular a produção ou mesmo frear as demissões. Do Polo Industrial de Manaus dependem pelo menos 120 mil empregos diretos e os demais segmentos econômicos do Estado.

## Demissões no Polo Industrial de Manaus avançaram 74% no bimestre

▶ Pelo menos 3,5 mil trabalhadores foram dispensados e o setor eletroeletrônico liderou as rescisões

TEXTO Laís Motta  
FOTO Eraldo Lopes

MANAUS

O número de demissões homologadas no Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas (Sindmetal-AM) entre janeiro e fevereiro deste ano cresceu 74% na comparação com o mesmo período de 2011, chegando a 3.535 pessoas demitidas no Polo Industrial de Manaus (PIM). No primeiro bimestre do ano passado, o total de homologações foi de 2.031. As demissões atingiram empregados dos setores Eletroeletrônico, Duas Rodas, Naval e Metalúrgico.

Os números reforçam o saldo negativo dos empregos na indústria no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego referente a janeiro. Enquanto as admissões foram de 4.642, as demissões ficaram em 4.798.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Antonio Silva, explica que os funcionários demitidos no início deste ano eram temporários e não tiveram o contrato renovado. "Em geral, os temporários contratados em outubro para atender à demanda do Natal, foram dispensados nesse início de ano", afirma. Quando questionado quanto ao acréscimo de 74% nas rescisões, o presidente da Fieam afirmou que as contratações no final de 2011 foram bem superiores que as de 2010.

Segundo o Sindmetal-AM, as homologações são de funcionários efetivos, aqueles com carteira assinada, e não de temporários. No último caso, são empregados com contratos de trabalho com tempo determinado.

De acordo com o secretário de Políticas Intersindicais do Sindmetal-AM, Aivê Barbosa, a diretoria da entidade se reuniu para decidir quais encaminhamentos vai levar às empresas e à Suframa. O secretário disse

FRASE



**Aivê Barbosa.**  
Sec. de Políticas Intersindicais do Sindmetal-AM

Com certeza a situação nos preocupa e por isso estamos discutindo que ações vamos tomar para breçar essas demissões"

também que o sindicato vai procurar o Ministério Público do Trabalho (MPT).

Os dados do Sindmetal-AM mostram que os setores que mais demitiram no primeiro bimestre do ano foram o de Eletroeletrônico, com 2.333 rescisões, e Duas Rodas, com 494. O aumento de demissões em empresas do segmento Eletroeletrônico chega a 91%, já que nos primeiros meses de 2011 cerca de 1.221 trabalhadores foram dispensados. No Polo de Duas Rodas, as rescisões subiram 79,6%, saindo da marca de 275 demitidos no primeiro bimestre de 2011 para quase 500 em 2012.

**Demissão**

O auxiliar de produção Denis Machado, 43 anos, foi um dos trabalhadores que procuraram o Sindmetal para homologar sua demissão da Caloi. Após oito anos e 11 meses na empresa, foi desligado da fábrica por conta do 'reajuste de quadro'. "Junto comigo, mais oito receberam as contas pelo mesmo motivo", afirma.

No final do ano passado, entidades ligadas à indústria afirmaram que a expectativa era contratar 3,5 mil dos 7 mil temporários recrutados, números que se confirmaram no Caged de janeiro.



**GENÉRIO**  
Nos dois primeiros meses de 2011, os trabalhadores demitidos foram 2.031

Entre os trabalhadores dispensados, a maioria já trabalhava nas indústrias há mais de um ano

SEMP TOSHIBA

*Seplan diz que demissões foram legais*

Entre novembro de 2011 e janeiro de 2012, a empresa Semp Toshiba demitiu 1.120 funcionários. A demissão em massa fez com que técnicos da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Amazonas (Seplan-AM) realizassem uma visita à fábrica para averiguar qual o motivo das dispensas. Os técnicos elaboraram um relatório que verificou que a empresa não descumpriu a legislação. "Segundo o relatório, a Semp Toshiba cumpriu com todos os compromissos do projeto, inclusive demitiu dentro da margem que ela tinha para fazer", explicou o secretário adjunto de Política Industrial da Seplan, Appio Tolentino.

O secretário explica que, de setembro a novembro, as empresas começam a receber a demanda do Natal e contratam para atender aos pedidos e depois demitem.

"Isso acontece no Distrito como um todo. Nosso pessoal foi lá e não há nada ilegal", disse Appio.

O secretário reforçou que a Semp Toshiba está cumprindo o projeto. "Mesmo demitindo, ficaram com um número maior do que foi acordado no projeto, quando a empresa se instalou aqui", explicou.

Na época das demissões, o superintendente da Zona Franca de Manaus, Thomaz Nogueira, declarou que as demissões ocorridas na Semp Toshiba neste ano se deram em função da sazonalidade de mercado e da projeção de demanda para os próximos meses. A entidade, a exemplo da Seplan, também cobrou explicações da empresa sobre as demissões. A Semp Toshiba possui aproximadamente 2.005 funcionários e em outubro chegou a reunir até 2.600 trabalhadores.

### MAIS DADOS

#### RANKING

DEMISSÕES NO PIM - 1º BIMESTRE/2012

O aumento de demissões no segmento de Eletroeletrônico chegou a 91%, pois nos primeiros meses de 2011 cerca de 1.221 trabalhadores foram dispensados. No Polo de Duas Rodas, as rescisões subiram 79,6%, saindo da marca de 275 demitidos em 2011 para quase 500 no mesmo período de 2012.

Semp Toshiba	270
Moto Honda	250
LG	208
Jabil	136
Elcolec	120
Platica	104
J. Toledo	88
Technicolor	84
Digibord	58
Samsung	56

Fonte: Relatório de Demissões do Caged - PIM/AM

### **Para ajudar Indústria, governo eleva meta de câmbio acima de R\$ 1,70, indicam especialistas**

A necessidade de proteger a indústria nacional da avalanche de produtos importados, que vêm afetando inclusive o Polo Industrial de Manaus (PIM), e a busca pela meta da inflação do governo Dilma Rousseff, que para especialistas de mercado varia entre 5% e 5,5%, na prática, está fazendo o Executivo buscar uma taxa de câmbio acima de R\$ 1,70, segundo reportagem do jornal O Estado de S.Paulo. Trata-se de uma mudança de patamar, embora o regime seja flutuante, uma vez que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, já havia dito ao Grupo Estado que 'não deixaria o dólar chegar a R\$ 1,60'. Na avaliação dos especialistas, por outro lado, uma mudança de patamar do câmbio de R\$ 1,60 para R\$ 1,70 causaria um impacto pequeno na inflação, especialmente no atual contexto de baixo crescimento da atividade.

## Governo faz mutirão para implantar Lei de Acesso à Informação no prazo

Ministério do Planejamento trabalha para disponibilizar dados a partir de 18 de maio deste ano

TEXTO Agência Brasil  
FOTO Wilson Dias/ABr/18/11/11

BRASÍLIA

**A** cerca de dois meses da entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011), técnicos do Ministério do Planejamento organizaram um mutirão para conseguir implementar as recomendações no prazo estabelecido, 18 de maio. Segundo a coordenadora do comitê gestor responsável pela lei no ministério, Enid Rocha, o curto prazo é um dos maiores desafios a serem vencidos. União, Estados e municípios, além dos Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), serão submetidos à nova lei.

“O principal obstáculo é o prazo para implementar tantas inovações: 180 dias é um tem-

po relativamente curto para todos os procedimentos que precisam ser feitos. Aqui fizemos mutirão, com oito subgrupos, com várias pessoas envolvidas, cada um cuidando de um pedaço da lei”, disse Enid. Essa tem sido a prioridade no Planejamento, que é “órgão central, cabeça de vários ministérios e acaba inspirando outras áreas”, acrescentou.

A Lei de Acesso à Informação tem dois pilares: transparência ativa e transparência passiva. A primeira consiste no conjunto de informações que todos os órgãos terão que disponibilizar em suas respectivas páginas dentro do site na internet. São dados institucionais, dos servidores, de auditorias, despesas, ações e programas que serão concentrados no mesmo local.

Na transparência passiva, o interessado precisa pedir os da-



A Lei de Acesso à Informação foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff em novembro do ano passado

### FACILIDADE

**1 Não precisa ter motivação, não será preciso explicar por qual motivo a pessoa quer a informação. É uma forma de simplificar o pedido.**

**2 A linguagem dos textos de documentos precisa ser simples e clara para que o cidadão que pedir a informação possa compreender o conteúdo.**

dos de que necessita ao Serviço de Informação ao Cidadão de cada órgão ou esfera de governo. Os dados devem ser fornecidos em até 20 dias. Para atender a essa demanda, os órgãos precisam criar espaços físicos para construir o fluxo de entrada dos pedidos solicitados.

## Fala Sério

### Antigo golpe

Há 50 anos no poder do Maranhão e outros tantos na República, a canalha Sarney não tem limites nem saciedade. A nova sacanagem é reativar o antigo golpe das ZPEs, pra implodir a Zona Franca de Manaus. Sarney quer migrar pro Amapá e São Luiz os benefícios fiscais da ZFM.

\*\*\* \*\*

### Pilantragem digital

A Metagov Comunicação, empresa controlada pelos dois sócios de Gabriel Sarney na Ideaspread, foi contratada por gabinetes de vários deputados, entre eles Sarney Filho, para dar consultoria política e criar sites e aplicativos.



\*\*\* \*\*

### Inocência lobista

Gabriel e seu pai, Sarney Filho, que vende a imagem de ambientalista e mantém um escritório de lobista no Centro Comercial de Brasília, negaram que a contratação da Metagov tenha ocorrido por influência política e manobra parlamentar. Jura?

\*\*\* \*\*

### Concorrência mortal

Enquanto isso, começam no Senado as discussões para ampliar de 20 para 40% o percentual de vendas no mercado interno, da produção das Zonas de Processamento de Exportação, as ZPEs, criadas por Sarney. Uma concorrência que a ZFM não vai suportar.

